

O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA INSOLVÊNCIA

*Uma análise comparada
entre Brasil e Espanha*

Roberta Barcia

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2027

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo primeiro

1. Crédito público e crédito tributário na lei concursal e na lei geral tributária espanholas	9
1.1 Definição de crédito tributário e de crédito público	9
1.2 Características dos créditos tributários e sua importância perante as regras da insolvência	16
1.3 Breve análise do tratamento do crédito tributário na legislação concursal espanhola e brasileira	26
1.4 Obrigações tributárias com especial importância no regime concursal.....	43
1.4.1 As retenções tributárias	43
1.4.2 Os recargos tributários	45
1.5 O concurso de pessoa física e o crédito tributário	47

Capítulo segundo

2. O regime jurídico do crédito tributário no concurso de credores: é necessário um tratamento privilegiado?	53
Parte I: Fundamentos, reconhecimento e atuação paralela do credor tributário no concurso de credores	53
2.1 Conceito e antecedentes históricos do direito concursal	53

2.1.1 Breve análise da evolução histórica do crédito tributário no regime concursal espanhol e brasileiro.....	62
2.2 A execução separada do crédito tributário e a universalidade do concurso de credores: existe equilíbrio entre essas duas instituições?	69
2.2.1 A preferência procedimental da Administração Tributária: a execução administrativa	87
2.2.2 As execuções de garantias reais: aplicação aos créditos tributários dos artigos 146 e 148 TRLC	93
2.3 Regras sobre comunicação e reconhecimento de créditos tributários: Tratamento privilegiado ou coerente ao modo em que se origina o crédito tributário?	98
2.4 Casos especiais sobre o reconhecimento do crédito tributário....	115
2.4.1 O reconhecimento obrigatório dos créditos tributários com certificação administrativa	116
2.4.2 O reconhecimento dos créditos tributários condicionais	121
2.4.3 O reconhecimento dos créditos tributários contingentes	124
Parte II – Classificação, tratamento e satisfação dos créditos tributários	129
2.5 Classificação dos créditos tributários e proximidade com a par conditio creditorum: utopia ou realidade?	129
2.5.1 Créditos tributários com privilégio especial: hipoteca legal tácita	143
2.5.2 Regra geral de classificação dos créditos tributários: 50% privilégio geral e 50% ordinários	154

2.5.3 Em especial os créditos tributários com privilégio geral do artigo 280.4 TRLC: a correta forma de cálculo	155
2.5.4 Créditos tributários subordinados.....	158
2.6 As soluções do concurso de credores e a satisfação dos credores ...	160
2.6.1 O convênio	163
2.6.1.1 O princípio da conservação da empresa.....	167
2.6.1.2 O convênio e o credor tributário	174
2.6.1.3 Breve análise da Recuperação Judicial brasileira	184
2.6.2 A liquidação	196
2.6.2.1 Breve análise da falência brasileira	201

Capítulo terceiro

3. O crédito tributário e a exoneração do passivo insatisfeito 205

3.1 Origem e fundamentos do instituto da exoneração do passivo insatisfeito	206
3.2 Antecedentes legislativos no Direito espanhol e brasileiro ...	210
3.2.1 Histórico espanhol: da Lei Concursal ao Texto Refundido da Lei Concursal	213
3.2.2 Histórico brasileiro: do Decreto-Lei nº 7.661/1945 à Lei nº 11.101/2005	225
3.3 Linhas gerais do regime de exoneração do passivo insatisfeito e o crédito tributário no TRLC após a reforma da Lei 16/2022	228

3.3.1 A Diretiva (UE) 2019/1023 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de junho de 2019 e sua transposição para os ordenamentos europeus no que se refere ao tratamento do crédito tributário na exoneração do passivo insatisfeito	229
3.3.2 Requisitos subjetivos e objetivos da exoneração do passivo insatisfeito.....	236
3.3.2.1 Dos requisitos subjetivos: a boa-fé do devedor e os impedimentos legais para o pedido de exoneração previstos no art. 487 do TRLC.....	239
3.3.2.1.1 Da limitação ao regime de exoneração previsto no art. 487.1.2º do TRLC: infrações tributárias muito graves ou graves	245
3.3.2.1.2 Da limitação ao regime de exoneração previsto no art. 487.1.2º do TRLC: acordo firme de derivação de responsabilidade.....	249
3.3.2.2 Dos requisitos objetivos: dos regimes possíveis de exoneração	261
3.3.3 Do passivo não exonerável: o crédito tributário.....	262
3.4 Do regime da exoneração do passivo insatisfeito (<i>fresh start</i>) na lei brasileira nº 11.101/05 e o crédito tributário – alguns apontamentos sobre a transação tributária brasileira.....	283

Capítulo quarto

4. O crédito tributário e o direito preconcursal: em especial o plano de reestruturação	303
--	------------

4.1 Antecedentes legislativos no Direito espanhol	306
---	-----

4.2 Linhas gerais do tratamento do crédito tributário no plano de reestruturação após a reforma da Lei 16/2022	308
4.3 Linhas gerais do tratamento do crédito tributário na recuperação extrajudicial brasileira prevista na Lei nº 11.101/05	320
Conclusão	329
Referências.....	341
Legislação.....	341
Espanha.....	341
União Europeia	342
Brasil.....	342
Jurisprudência	342
Espanha.....	343
Brasil.....	348
Referências Bibliográficas.....	351